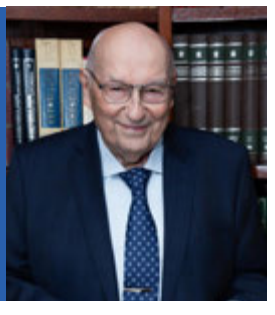
ESHOJE®

Fundado em 19 de julho de 2000
por Carlos Roberto Coutinho

Vitória, 26 de novembro de 2026)) Ano XXV)) Nº 1434
Edição Gratuita Diário)) www.eshoje.com.br

/eshoje @eshoje eshoje eshoje

ANDREIA TARELOW



ARTIGO

Brasil precisa recuperar o rigor técnico na condução da economia e no STF)) 2

ARQUIVO PESSOAL



CULTURA

As cores e a tradição da arte naïf capixaba são expostas na Argentina)) 4

Morro do Judeu: entre a preservação e a ocupação

Projeto de loteamento entre as praias da Bacutia e Peracanga mobiliza moradores e frequentadores; laudo do Idaf confirma restrições ambientais)) 3

DIVULGAÇÃO



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Entre a economia e o STF em defesa do rigor técnico

As recentes turbulências na economia brasileira confirmam um cenário sobre o qual venho alertando. O setor produtivo e os agentes econômicos perderam a confiança na condução fiscal do país. Medidas eleitoreiras e a expansão de gastos sem lastro financeiro geraram um déficit expressivo nas contas públicas, com reflexos na Bolsa de Valores, na valorização do dólar e, consequentemente, na inflação.

O segundo ponto é de natureza jurídica. Não faço juízo prévio sobre Rodrigo Pacheco, apontado como possível candidato do presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal (STF), por desconhecer sua capacitação acadêmica. O título de Doutor Honoris Causa que possui é uma honraria, distinta daquele obtido mediante formação acadêmica e defesa de tese.

O artigo 101 da Constituição Federal estabelece que os ministros do Supremo devem possuir notável saber jurídico e reputação ilibada. Não discuto a reputação dos indicados, mas a exigência de notável saber jurídico vai além do simples conhecimento adquirido pela prática profissional.

Enquanto o notório saber diz respeito ao conhecimento reconhecido pela sociedade, o notável saber jurídico exige, a meu ver, erudição, sólida produção doutrinária e formação acadêmica diferenciada. O Supremo, como guardião da Constituição, estabelece teses que moldam todo o ordenamento jurídico do país.

Essa excelência intelectual caracterizava ministros como Moreira Alves, Oscar Correia e Francisco Rezek, juristas de reconhecida capacidade técnica. Infelizmente, a titulação acadêmica e o reconhecimento jurídico nacional e internacional têm ficado em segundo plano.

Tenho grande respeito pelos ministros do nosso Pretório Excelso, mas considero que a perda de prestígio da Corte perante a opinião pública decorre, em parte, do abandono desse rigor intelectual. Indicações pautadas pela conveniência política comprometeram o papel do Supremo como órgão de estabilidade e segurança jurídica da Nação.

Precisamos recuperar esse rigor, sob pena de continuarmos a vivenciar um cenário de degradação econômica, insegurança jurídica e perda de credibilidade institucional. A democracia pressupõe o povo como soberano, poderes harmônicos e independentes e uma Suprema Corte integrada por juristas de indiscutível e superior capacidade técnica..



ESHOJE
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A opinião dos colunistas não reflete o posicionamento do veículo.

TIRAGEM: Publicação digital e impressa
CIRCULAÇÃO: Grande Vitória e digital
PERIODICIDADE: Diários

Rua Carlos Lindenberg, 40.
Ed San Gennaro, sala 201. Jardim Camburi. Vitória ES. Cep 29092-110
Tel. 27 2180-0678
www.eshoje.com.br
redacao@eshoje.com.br

DIRETOR GERAL
Carlos Roberto Coutinho
carlos@eshoje.com.br

DIRETORA ADMINISTRATIVA
Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br

DIRETORA DE REDAÇÃO
Danieleh Coutinho - MTB/ES 2694-JP
danihcoutinho@eshoje.com.br

PROJETO GRÁFICO
Renon Pena de Sá
www.ellaform.com.br

FOTOGRAFIAS
Arquivo
redacao@eshoje.com.br

DIAGRAMAÇÃO
Jeferson Louis - MTB/ES 3605/ES

REDAÇÃO
Carolina Boueri
Eduardo Alencar
Esthefany Mesquita
Giulia Reis
Karla Silveira
Mariana Cicilioti
PH Caetano
Pedro Rocha

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS:
/eshoje
@eshoje
eshoje
eshoje

Morro do Judeu tem áreas de preservação

Idaf confirma restrições ambientais em área alvo de projeto imobiliário na Enseada Azul

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

A perspectiva de implantação de um loteamento residencial no Morro do Judeu, entre as praias de Peracanga e Bacutia, em Guarapari, mobiliza moradores, comerciantes e frequentadores da Enseada Azul pela preservação da área. A discussão ocorre em meio à revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

Iniciado no dia 16 de novembro, o abaixo-assinado pela proteção do morro reuniu mais de mil assinaturas em menos de 24 horas. Os organizadores defendem que a área seja classificada como Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA-1) ou receba outro instrumento legal de conservação que estabeleça restrições à ocupação imobiliária. O movimento destaca a presença de aves migratórias e a importância paisagística e turística do morro.

Registros administrativos apresentados ao ESHOJE pelos organizadores apontam procedimentos para a implantação do loteamento residencial Penedo de Bacuti, na localidade de Nova Guarapari. Entre eles está o encaminhamento 2026-V43Z6H, protocolado em 12 de maio no sistema estadual E-Docs e destinado ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf).

Os organizadores também localizaram um comunicado de outubro na Publicidade Legal de A Gazeta sobre a obtenção da Licença Municipal Prévia nº 010/2026, vinculada ao processo administrativo nº 21590/2026, para a atividade de loteamento residencial. A licença prévia não representa, por si só, autorização para o início das obras.

RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

Diante dos registros, o ESHOJE procurou o Idaf para esclarecer a situação do processo estadual nº 2026-P4F4F, referente ao pedido de Diretriz Florestal. O instituto confirmou a emissão do Laudo de Constatação nº 4427/2026, em 2 de junho. O processo foi encaminhado ao arquivo em 9 de setembro, após a conclusão do procedimento.

Segundo o Idaf, a vistoria identificou vegetação com características mais compatíveis com formação florestal litorânea da Mata Atlântica sob influência marinha do que com vegetação típica de restinga sobre depósitos arenosos. Também foram identificadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), setores com declividade acentuada e áreas inseridas na Zona de Proteção Ambiental 02 (ZPA-2), além de espécies vegetais ameaçadas.

As APPs, os setores de declividade acentuada e as áreas de ZPA-2 foram excluídos da porção indicada no laudo para eventual análise de intervenção florestal. Mesmo nessa porção, qualquer intervenção depende de licenciamento ambiental e da obtenção dos atos exigidos. A proteção das espécies ameaçadas deverá ser considerada em eventual licenciamento.

O instituto esclareceu que o laudo tem caráter técnico e não autoriza a supressão de vegetação nem a implantação do loteamento. Até a data da resposta, não havia outros requerimentos de autorização de supressão de vegetação ou de uso alternativo do solo vinculados ao empreendimento nos registros do Idaf. A pendência documental registrada durante a análise foi atendida.

DIVULGAÇÃO



Maquete eletrônica do empreendimento previsto para ser construído no Morro do Judeu

PREFEITURA NÃO DEU TODAS AS RESPOSTAS

A PREFEITURA de Guarapari foi questionada sobre o zoneamento atual do Morro do Judeu, a existência e o estágio de análise de projetos imobiliários, as possibilidades de construção previstas na legislação municipal e a eventual adoção de medidas de proteção ambiental para a área.

Em nota, a administração municipal afirmou manter o compromisso com o diálogo, a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. Acrescentou que as questões relacionadas ao uso e à ocupação do solo devem observar a legislação vigente, os critérios técnicos e as normas ambientais aplicáveis.

A manifestação, contudo, não esclarece nenhum dos questionamentos específicos apresentados pela reportagem, incluindo a situação do empreendimento e as condições legais para a ocupação do morro. A reportagem também não conseguiu estabelecer contato com os responsáveis pelo projeto.

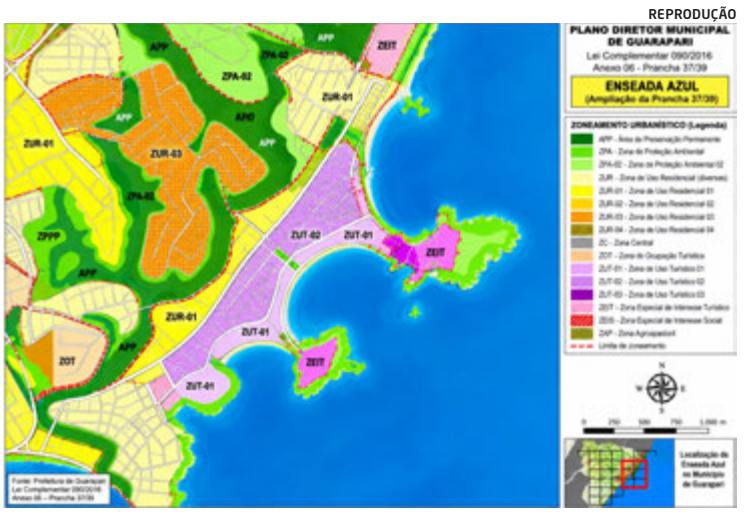
Preservação e segurança jurídica

O ADVOGADO especialista em direito imobiliário e vice-presidente da OAB-ES, Carlos Augusto da Motta Leal, explica que o protocolo de um projeto gera expectativa de direito, mas não assegura necessariamente o direito adquirido de construir, cuja constituição pressupõe, em tese, a análise e a aprovação do projeto.

"A preservação ambiental e o desenvolvimento imobiliário não são valores antagônicos. O que deve prevalecer é o planejamento urbano responsável, fundamentado em critérios técnicos, com respeito à legislação e à segurança jurídica", afirma.

Consultado, o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) informou que qualquer iniciativa de ocupação imobiliária na região deve respeitar integralmente a legislação ambiental. O órgão não esclareceu se existe procedimento relacionado especificamente ao Morro do Judeu.

REPRODUÇÃO



Mapa de zoneamento da Enseada Azul mostra restrições ambientais

Os organizadores pretendem encaminhar o abaixo-assinado aos órgãos públicos e reivindicar mudanças no PDM. A participação popular nas decisões sobre o território, lembra Motta Leal, é assegurada pelo Estatuto da Cidade.

> "A preservação ambiental e o desenvolvimento imobiliário não são antagônicos"
>
> **Carlos da Mota Leal,** advogado

Capixaba Monica Krüger expõe em Buenos Aires

Artista leva a arte naïf do Espírito Santo a mostra internacional no tradicional bairro do Abasto

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

ARQUIVO PESSOAL



Tela de Monica Krüger, "Árvore da Vida I" é uma das obras de destaque em Buenos Aires

A artista plástica capixaba Monica Krüger integra a seleção oficial da V Exposição Internacional de Arte Naif, mostra coletiva que inaugurou na quarta-feira (18), no espaço Cultura Viva, localizado no tradicional bairro do Abasto, em Buenos Aires, na Argentina. O evento reúne criadores de diferentes trajetórias e nacionalidades em torno de uma estética marcada pela espontaneidade formal, pelo cromatismo vibrante e pela autenticidade expressiva — atributos que consolidam a vertente naif como uma das manifestações mais comunicativas e populares das artes visuais contemporâneas.

Ao lado da também capixaba Ângela Gomes, Monica Krüger assume a representação brasileira na exposição internacional, dividindo a galeria com nomes como a espanhola Crucita Gutiérrez Segovia e artistas do circuito sul-americano, entre eles Ana María Nale, Marta Lagos, Roxana Muchnik, Alicia Arias, Luisa Cristina Iñigo Carrera, Cristina Díaz, María Teresa Bobbio, Lidia Papic, Laura Vidra, Paulita Fischer, Roberto Botta, Inés Gil Díaz de Vivar, Silvia Zaks, Ana María Distefano, Felicia Vigil Zumarán e Liliana Chazenbalk. A visitação pública segue aberta até o dia 29 de novembro, de quarta a domingo, das 15h às 19h.

> **"Estou levando um pouco da nossa terra, cores e histórias para dialogar com outros olhares"**

Frequentemente vinculada a trajetórias autodidatas ou desenvolvidas à margem dos circuitos acadêmicos convencionais, a arte naïf privilegia o olhar direto sobre a existência humana, retratando cenas do cotidiano, festividades populares, paisagens naturais e registros da memória coletiva. No Brasil, essa tradição goza de sólido prestígio crítico e projeção externa, e a participação de criadoras do Espírito Santo em Buenos Aires reafirma a vitalidade da produção local além das fronteiras estaduais. Na entrevista a seguir, Chris Avelar analisa a recepção internacional da arte naif brasileira e os caminhos da internacionalização dos artistas capixabas.

ES Hoje: Como surgiu o convite para participar da exposição?

Monica Krüger: Surgiu a partir do contato com a organização da mostra, que vem reunindo, ao longo de suas edições, artistas de vários países que trabalham com a linguagem naif. Receber esse convite foi uma alegria enorme.

O que representa para você levar sua obra a Buenos Aires?

Representar o Brasil, e de certa forma também o Espírito Santo, em um encontro internacional é uma responsabilidade bonita. Buenos Aires é uma cidade com uma vida cultural muito intensa, e expor no Abasto, um bairro com tanta história, tem um significado especial. Sinto que estou levando um pouco da nossa terra, das nossas cores e das nossas histórias para dialogar com outros olhares.

O que a arte naïf significa no seu processo criativo?

A arte naïf, para mim, é uma forma de olhar o mundo com sinceridade. Ela não depende de regras rígidas de perspectiva ou de proporção, e justamente por isso permite que a emoção conduza o trabalho. Gosto de pensar que cada tela é uma janela para memórias, paisagens e sentimentos que fazem parte da minha vida.

Como a arte naïf se conecta com as suas origens?

As cores vibrantes, os detalhes e a alegria que procuro colocar nas obras têm muito a ver com a minha vivência no Espírito Santo, com a natureza, com as tradições populares e com as pessoas. Pintar é a maneira que encontrei de transformar o cotidiano em poesia visual.

Que expectativas você tem em relação a esse encontro com artistas de diferentes países?

Minha maior expectativa é a troca. Uma exposição coletiva internacional é um espaço de aprendizado, em que a gente percebe como a mesma linguagem pode ganhar formas tão diversas dependendo de onde cada artista vem e do que viveu. Quero conversar, conhecer os processos dos colegas, observar como cada um traduz sua cultura em imagens. Acredito muito que a arte ultrapassa fronteiras e aproxima pessoas. Se o público que visitar a mostra sair de lá com um pouco mais de curiosidade sobre o Brasil e sobre a arte naïf brasileira, já terei cumprido um papel importante. E volto para casa com novas referências, novos amigos e ainda mais vontade de criar.

Somos diário.
Seja no impresso ou no digital

Aqui você realiza, no melhor preço de mercado, a sua publicação legal.

ESHOJE®